



## **MUNICÍPIO DE CASTRO VERDE CÂMARA MUNICIPAL**

### **ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA DA CÂMARA MUNICIPAL DE CASTRO VERDE, REALIZADA NO DIA 13 DE ABRIL DE 2016.**

**Nº. 8/2016**

Estiveram presentes para o efeito os eleitos: Francisco José Caldeira Duarte, na qualidade de Presidente da Câmara Municipal de Castro Verde, e António João Fernandes Colaço, António José Rosa de Brito e Paulo Jorge Maria do Nascimento, na qualidade de Vereadores.

Faltou a esta reunião o Sr. Vereador Carlos Alberto Camacho Guerreiro Pereira.

#### **ABERTURA DOS TRABALHOS**

Dada a existência de quórum foi, pelo Sr. Presidente, declarada aberta a reunião pelas 21,45 horas.

#### **PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA**

Apresentou o Sr. Presidente da Câmara a seguinte proposta:

#### **“Moção sobre o 25 de Abril**

##### **No 42º aniversário da Revolução de Abril e 40º aniversário da Constituição da República**

Considerando que assinalamos este ano o 42º aniversário da Revolução de Abril e o 40º aniversário da Constituição da República do Portugal liberto da repressão, censura, prisões e tortura dos muitos democratas e patriotas que se bateram pela liberdade e a democracia;

Considerando que a Revolução de Abril propiciou conquistas políticas, sociais, económicas e culturais que a Constituição da República acolheu e foram a fonte para um acelerado desenvolvimento do País com uma marcante e galvanizante participação dos trabalhadores e das populações;

Considerando que a consagração do Poder Local Democrático foi uma das mais relevantes conquistas da Revolução de Abril;

Considerando que a Revolução de Abril e a aprovação da Constituição da República foi um dos maiores atos de afirmação de soberania e independência nacionais;

Considerando que os Valores de Abril permanecem bem fundo no ideário dos trabalhadores e do povo português e que a Constituição da República, apesar de ter sido sujeita ao longo dos anos às mais diversas provas de desvirtuamento e descaraterização, continua a consagrar um conjunto de princípios e normas que constituem elementos bastantes para um Portugal de liberdade, democracia, progresso social e económico, desenvolvimento cultural e paz,

A Câmara Municipal de Castro Verde, reunida a 13 de Abril de 2016, delibera por .....

1. Saudar os valores e conquistas da Revolução de Abril, cujos elementos essenciais estão consagrados na Constituição da República Portuguesa e são base para uma política que sirva Portugal e os portugueses.
2. Apelar aos trabalhadores, aos eleitos autárquicos, ao movimento associativo e à população, para se associarem às comemorações do 25 de Abril, na afirmação do Poder Local Democrático como conquista de Abril e na defesa dos interesses e direitos das populações.”

Apreciada a referida proposta de moção, foi a mesma submetida a votação, tendo sido aprovada por unanimidade.

Apresentou igualmente o Sr. Presidente a seguinte proposta de moção

#### **“Pela reposição das freguesias**

O processo de agregação/extinção de freguesias, concretizado com a lei nº.11-A/2013, inseriu-se num objetivo mais amplo de mutilação/liquidação do poder local democrático, conquistado com o 25 de Abril e consagrado na Constituição da República Portuguesa.

A pretexto do memorando de entendimento com a troika e da redução da despesa do Estado a extinção/agregação das freguesias - à semelhança do que sucedeu com outros serviços públicos - inseriu-se num processo mais amplo de reconfiguração do Estado, redução do número de trabalhadores, concentração e centralização de serviços. Tal medida significou a eliminação de milhares de eleitos autárquicos, mais afastamento entre eleitos e eleitores, maiores dificuldades na resposta aos problemas e anseios das populações, desvirtuamento do papel e função das freguesias na organização do poder local, entre outras perdas.

Ao contrário do que muitas vezes foi repetido, a reforma administrativa territorial autárquica não trouxe poupança ao Estado, resultando mesmo em muitas situações em encargos acrescidos para as freguesias.

A reforma administrativa imposta pelo governo, sem consideração da opinião das freguesias e das populações, em nada resolveu - antes agravou - os principais problemas com que se confrontam as freguesias.

Uma verdadeira reforma administrativa só pode ser concretizada com a real participação e envolvimento dos eleitos locais e das populações.

Assim a Câmara Municipal de Castro Verde, reunida a 13 de Abril de 2016, delibera por .....

1. Reafirmar a exigência de reposição das freguesias extintas contra a vontade das populações e dos respetivos órgãos autárquicos (no caso concreto Castro Verde e Casével);

2. Apelar à intervenção dos Grupos Parlamentares da Assembleia da República no sentido de tomarem as medidas legislativas necessárias à reposição de freguesias e que todo o processo esteja concluído de forma a assegurar as eleições no ato eleitoral de 2017.”

Apreciada proposta, foi a mesma submetida a votação tendo sido aprovada por unanimidade.

Interveio depois o Sr. Vereador António José de Brito, questionando o motivo da ainda não implementação, no terreno, da deliberação tomada no ano transato, sobre o reordenamento do trânsito automóvel na Rua de Almodôvar, em Castro Verde, tendo o Sr. Presidente informado que, após a consulta de preços, está previsto o lançamento da mesma obra brevemente e após o período das chuvas.

## **ORDEM DO DIA**

- **Aprovação da ata da reunião anterior:**

Atendendo a que foi distribuída, previamente, a todos os presentes, cópia da ata da reunião anterior, foi dispensada a sua leitura, pelo que o Sr. Presidente colocou-a à consideração dos restantes membros e, não havendo qualquer proposta de alteração, submeteu-a a votação, tendo a mesma sido aprovada por unanimidade.

## **ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL**

### **1. - Expediente:**

Tomou a Câmara conhecimento do seguinte expediente:

- Ofício da Fundação Joaquim António Franco e Seus Pais, dando conhecimento da exposição que enviou aos Srs. Primeiro Ministro, Ministro da Saúde, Ministro do Trabalho, Solidariedade e Segurança Social, Presidente da Conselho Diretivo da ARS Alentejo, Diretor do Centro de Segurança Social de Beja e à Sr<sup>a</sup>. Coordenadora da ERC do Alentejo da RNCCI, sobre a situação dramática decorrente principalmente dos prejuízos resultantes da pequena dimensão da sua Unidade de Continuados de Média Duração e Reabilitação.
- Ofício do Conselho dos Julgados de Paz, dando conhecimento que avaliado o Julgado de Paz do Agrupamento de Aljustrel/Almodôvar/Castro Verde/Mértola/Ourique, foi concluído que o mesmo “tem prestado um importante serviço aos municípios dos concelhos envolvidos e mesmo para além da sua área de jurisdição”, tendo atualmente apenas instalações em Aljustrel e Castro Verde.
- Comunicado à imprensa da Associação de Agricultores do Sul, dando conhecimento das suas decisões tomadas, nomeadamente de agradecimento das inúmeras manifestações de pesar que lhe foram manifestadas pela perda seu Presidente, Sr. Eng.º Manuel de Castro e Brito, da homenagem pública que lhe irá prestar no decurso da presente edição da OVIBEJA, de manifestar total disponibilidade, determinação e empenho para continuar o trabalho protagonizado pelo mesmo na defesa intransigente da agricultura e dos agricultores alentejanos, na realização a OVIBEJA e na continuidade das atividades de prestação de serviços aos seus associados, assim como tomar as disposições necessárias à nomeação do seu novo Presidente.
- “E- mails” do Grupo Parlamentar “Os Verdes”, sobre: os seus projetos de resolução acerca da “Classificação e Valorização das Lojas Históricas”; a redução do número de alunos por turma; e sobre a interdição do uso do glisofato.

- “E- mail” do Sindicato dos Trabalhadores da Administração Local e Regional enviando o documento de conclusões do debate que realizou com a Federação Nacional dos Sindicatos da Função Pública sobre o tema “Público Faz Melhor - Parar as Privatizações”.

## **DIVISÃO DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS**

### **1. - Mapa Centralizador de Receita e Despesa:**

Tomou a Câmara conhecimento do Mapa Centralizador de Receita e Despesa, referente ao movimento de tesouraria no período compreendido entre o dia 1 de Janeiro a 31 de Março de 2016, o qual apresenta os seguintes saldos:

- Operações orçamentais:

Saldo do ano de 2015	239.878,26 €
Receitas cobradas	2.165.992,81 €
Soma	2.405.871,07 €
Despesas realizadas	2.073.315,04 €
Saldo em 31.3.2016	332.556,03 €

- Operações de Tesouraria:

Saldo do ano de 2015	207.872,19 €
Op. Extra - Orçamentais – Entradas	165.958,08 €
Soma	373.830,27 €
Op. Extra. Orçamentais – Saídas	168.302,07 €
Saldo em 31.02.2016	205.528,20 €

- Disponibilidades:

Caixa	7.352,17 €
Fundos de Maneio	2.500,00 €
Instituições Bancárias	528.232,06 €
Total das disponibilidades em 31.03.2016	538.084,23 €
Documentos	23.592,49 e
Total de movimentos de tesouraria em 31.03.2016	561.676,72 €

- Total dos encargos de curto e médio prazo assumidos e não pagos respeitantes a fornecimentos, empreitadas e diversas prestações de serviços em 31 de Março de 2016: 343.197,37 €.

### **2. - Ratificação das 2ª. e 3ª. alterações efetuadas ao Orçamento e Opções do Plano do ano em curso:**

Apresentou o Sr. Presidente a seguinte proposta:

“Considerando que tínhamos toda a urgência na alteração aos documentos previsionais do Município, Plano Plurianual de Investimentos, adiante designado de (PPI), e Orçamento, em virtude

da necessidade em reforçar algumas rubricas que tinham saldo disponível nos respetivos documentos.

Considerando que as reuniões ordinárias da Câmara Municipal são realizadas quinzenalmente;

Considerando que em nada se alteram os valores globais dos documentos, mas apenas a transferência de valores entre rubricas;

Assim, face ao exposto, proponho a V. Ex<sup>as</sup>. a retificação do ato de decisão de aprovação às alterações n.ºs. 2 e 3 ao PPI e Orçamento do Município, ao abrigo do disposto no art.º 35º/3, do Anexo I, à Lei n.º. 75/2013, de 12 de setembro.

Apreciado o assunto e submetidas a votação, separadamente, deliberou a Câmara, por maioria, com a abstenção do Sr. Vereador António José de Brito, ratificar os atos de decisão tomados pelo Sr. Presidente na aprovação das referidas alterações efetuadas ao Orçamento e Opções do Plano do corrente ano.

Ficam anexos à presente ata, dando-se por isso como aqui integralmente transcritos, os documentos que constituem a alteração orçamental ora aprovada

## **2. - Relatório e Conta de Gerência relativos ao exercício de 2015:**

Apresentou o Sr. Presidente a seguinte proposta:

“Considerando que se encontram terminados os documentos da Prestação de Contas da Autarquia relativos ao ano de 2015, compete ao Presidente da Câmara a submissão dos mesmos à Câmara Municipal, conforme dispõe o art.º 35/1-j) do Anexo I à Lei n.º.75/2013, de 12 de setembro, para a sua aprovação p.f. do disposto no art.º 33º/1-i), do mencionado diploma.

Posteriormente devem os mesmos ser submetidos à apreciação da Assembleia Municipal na sessão que venha realizar-se no decurso do mês de abril. Cf. determina o art.º 27º/2 , na citada lei.”

Apreciados os mesmos documentos na generalidade e na especialidade, foram os mesmos submetidos a votação, tendo sido aprovados por maioria, com a abstenção do Sr Vereador António José de Brito, ficando os mesmos documentos anexos à presente ata, dando-se, por isso, como aqui integralmente transcritos.

Mais deliberou a Câmara submeter os documentos ora aprovados à apreciação e votação da Assembleia Municipal nos termos da alínea i) do n.º. 1 do artigo 33º da Lei n.º.75/2013, de 12 de Setembro.

Formalizou por escrito, e entregue à posteriori, o Sr. Vereador António José de Brito a seguinte declaração de voto:

### **“Declaração de Voto**

Em primeiro lugar gostaríamos de destacar o facto de a Câmara Municipal, no seu exercício de 2015, voltar a registar um resultado líquido **NEGATIVO** de **200.851,35 euros**. Apesar disso, anotamos a evolução, uma vez que em 2014 o exercício também foi **NEGATIVO** mas num valor bastante superior: **407.321,24 euros**.

Não sendo dados demasiado preocupantes, destacamos que a Câmara está, há dois anos consecutivos, a ter exercícios onde a despesa é superior à receita.

Independentemente deste facto, não deixamos de assinalar, comparativamente com 2014, alguma evolução na execução do Orçamento, seja no Plano Plurianual de Investimentos (PPI) ou nas Actividades Mais Relevantes (AMR).

Por outro lado, lida a análise ao documento apresentada no preâmbulo pelo Senhor Presidente da Câmara, reconhecemos como positivo a concretização do InCastro, mas chamamos desde já a atenção que, quando se refere ao Lar de Entradas como exemplo de crescimento, é bom lembrar que, apesar do importante apoio da Câmara Municipal, a obra é propriedade e foi executada por uma instituição particular de solidariedade social – ***logo, não nos parece justo colocá-la na esfera da acção municipal.***

Assinale-se, ainda, que no plano político este Relatório expressa bem aquilo que tem sido o fraco desempenho da actual gestão da CDU na Câmara Municipal, bem reflectida na irrelevante expressão do investimento concretizado em áreas fundamentais, sendo o maior exemplo a falta de requalificação da rede de águas de Castro Verde. No caso da rede de estradas do concelho (nomeadamente de Castro Verde para Santa Bárbara e para Casével) e da Zona de Actividades Económicas (ZAE), o investimento praticamente não existiu e o Relatório expressa-o bem.

Na verdade, obras como as que atrás apontamos, estão por fazer desde há muito tempo e atravessaram vários quadros comunitários: ***a gestão da CDU não tirou partido disso por sua exclusiva responsabilidade e agora não pode lamentar-se que já não existam fundos para esse fim.*** Como, aliás, não pode culpar outros da crescente e preocupante degradação do quadro financeiro da Câmara Municipal, que é conhecida e nos preocupa muito, tal como temos dado nota publicamente.

António José Brito

**Castro Verde, 15.04.2016”**

### **3. - 1ª. Revisão ao Orçamento e Opções do Plano de 2015:**

Submeteu o Sr. Presidente à apreciação da Câmara a seguinte proposta:

“Considerando que com a aprovação do Relatório e Contas de 2015, é necessário dar entrada do saldo da gerência, e ao mesmo tempo afetá-la às rubricas que tenhamos necessidade de reforçar ou criar novas rubricas;

Considerando que é competência da Câmara Municipal submeter a mesma para aprovação da Assembleia Municipal p.f. do disposto no art.º 33º/1-c) do Anexo I, à Lei nº.75/2013, de 12 de setembro;

Assim, face ao exposto proponho a este Órgão a submissão da presente revisão à Assembleia Municipal, para aprovação.”

Posto isto e prestada a informação complementar sobre a proposta de revisão orçamental a efetuar ao Orçamento e Opções do Plano do ano em curso, foi a mesma submetida a votação, nominalmente, tendo sido aprovada, por maioria, com a abstenção do Sr. Vereador António José de Brito, remetendo-a à Assembleia Municipal para efeitos de apreciação e votação.

Ficam anexos à presente ata os documentos ora aprovados, dando-se, por isso, como aqui integralmente transcritos.

#### **4. - Inventário e Cadastro Patrimonial de 2015:**

Submeteu o Sr. Presidente à apreciação da Câmara a seguinte proposta:

“A fim de dar cumprimento ao disposto na alínea i) do nº.1 do artigo 33º da Lei nº. 75/2013, de 12 de Setembro, remeto para aprovação da Câmara Municipal, o Inventário de todos os bens, direitos e obrigações patrimoniais do Município e respetiva avaliação, referente ao ano de 2015, mapa elaborado de acordo com o ponto 2.8.1 – Inventário, do anexo do Decreto-Lei nº.54-A/99, de 22 de Janeiro, (Plano Oficial de Contabilidade das Autarquias Locais) cujo documento se anexa.

Nos termos das disposições conjugadas da alínea l) do nº.2 do artigo 25º. e do nº.2 do artigo 27º, da Lei nº. 75/2013, de 12 de Setembro, devem os mesmos documentos ser submetidos à apreciação da Assembleia Municipal, na sessão que se realizará no decurso no corrente mês de Abril.”

Apreciada a proposta, assim como os respetivos documentos anexos, submeteu o Senhor Presidente os mesmos a votação, tendo a Câmara deliberado por unanimidade e nominalmente, a sua aprovação, e submetê-los à apreciação da Assembleia Municipal, conforme previsto na alínea i) do nº. 1 do artigo 33º, da Lei nº.75/2013, de 12 de Setembro.

Ficam anexos à presente ata os documentos ora aprovados, dando-se, por isso, como aqui integralmente transcritos.

#### **5. Abertura de concursos para recrutamento de pessoal:**

Apreciou a Câmara a seguinte proposta apresentada pelo Sr. Presidente:

“Considerando o mapa de pessoal para o corrente ano e a necessidade de afetação de pessoal aos novos postos de trabalho criados;

No uso da competência que me é conferida, pela alínea a), nº 2, artigo 35º, da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro e respetivas alterações.

Nos termos do artº 32º do Orçamento de Estado para 2016, aprovado pela Lei nº 7-A/2016, de 30 de março, que autoriza que as autarquias locais possam proceder ao recrutamento de trabalhadores, nos termos e de acordo com as regras previstas na Lei nº 73/2013, de 3 de setembro e respetivas alterações, no que diz respeito às regras de equilíbrio orçamental, cumprimento dos limites de endividamento e demais obrigações de sustentabilidade das respetivas finanças locais, requisitos comprovados conforme documento anexo da secção de contabilidade.

Ao abrigo do disposto no nº 1 artº 33º da Lei Geral do Trabalho em Funções Públicas, aprovada pela Lei nº 35/2014, de 20 de junho, **proponho:**

**1º** Promover o recrutamento necessário à ocupação dos seguintes postos de trabalho, com recurso à constituição da relação jurídica de emprego público por tempo indeterminado, nos termos do artº 30º da Lei Geral do Trabalho em Funções Públicas, aprovada pela Lei nº 35/2014, de 20 de junho, e tendo em conta a racionalização, eficiência e economia de custos, proponho que o presente procedimento seja único, isto é, contemple a possibilidade de serem admitidos em simultâneo, candidatos com relação

jurídica de emprego público previamente constituída e candidatos sem relação jurídica de emprego público, contudo serão observados necessariamente todos os requisitos no âmbito da preferência legal do recrutamento:

<b>Nº de Vagas</b>	<b>Carreira/Categoria</b>	<b>Descrição de atividades inerentes ao posto de trabalho</b>	<b>Divisão/Secção/Sector</b>
1	Técnico Superior (Proteção Civil)	Execução de funções de estudo, planeamento e aplicação de métodos e processos de natureza técnica, que fundamentam e preparam a decisão. Elaboração de pareceres e projetos, com diversos graus de complexidade, e execução de outras atividades de apoio geral ou especializado nas áreas de atuação comuns, instrumentais e operativas nas diversas áreas de atuação do serviço municipal de proteção civil. Elaborar planos de segurança nos edifícios municipais. Planeamento, renovação e gestão de materiais, instalações e equipamentos de proteção.	Serviço Municipal de Proteção Civil
1	Técnico Superior (Gestão)	Execução de funções de estudo, planeamento e aplicação de métodos e processos de natureza técnica, que fundamentam e preparam a decisão. Elaboração de pareceres e projetos, com diversos graus de complexidade, e execução de outras atividades de apoio geral ou especializado nas áreas de atuação comuns, instrumentais e operativas nas diversas áreas de atuação do Gabinete de Apoio ao Desenvolvimento Económico.	Gabinete de Apoio ao Desenvolvimento Económico – IN Castro
1	Técnico Superior Engenheiro Geógrafo (SIG)	Execução de funções de estudo, planeamento e aplicação de métodos e processos de natureza técnica, que fundamentam e preparam a decisão. Elaboração de pareceres e projetos, com diversos graus de complexidade, e execução de outras atividades de apoio geral ou especializado nas áreas de atuação comuns, instrumentais e operativas nas diversas áreas de atuação da Divisão de Obras, Gestão Urbanística e Ambiental e no âmbito dos Sistema de Informação Geográfica (SIG) a nível municipal, da integração da informação em ambiente SIG; na recolha, tratamento e armazenamento de informação geográfica e alfanumérica que a caracteriza podendo salientar os aspetos físicos e humanos; no acompanhamento da elaboração, revisão e implementação dos Planos Municipais de Ordenamento do Território. Levantamento de equipamentos e infraestruturas urbanas (rede de águas, saneamento, mobiliário urbano, vias de comunicação, etc.).	Divisão de Obras, Gestão Urbanística e Ambiental



1	Técnico Superior (Ciências Sociais) – área de História, variante de Arqueologia.	Execução de funções de estudo, planeamento e aplicação de métodos e processos de natureza técnica, que fundamentam e preparam a decisão. Elaboração de pareceres e projetos, com diversos graus de complexidade, e execução de outras atividades de apoio geral ou especializado nas áreas de atuação comuns, instrumentais e operativas nas diversas áreas de atuação dos Museus e Património Municipais. Coordenação da rede museológica do concelho de Castro Verde. Preparação e coordenação de serviços educativos para as visitas guiadas sobre história e património locais. Conservação preventiva. Elaboração e organização de colóquios, exposições e publicações sobre história regional e local.	Divisão de Ação Social, Educação, Cultura e Desporto
1	Técnico de Informática Estagiário	De acordo com o conteúdo funcional da categoria, previsto na Portaria nº 358/2002, de 3 de abril.	Divisão de Administração e Finanças
1	Assistente Técnico (Administrativo)	Funções de natureza executiva, de aplicação de métodos e processos, com base em diretivas bem definidas e instruções gerais, de grau médio de complexidade, nas áreas de atuação comuns e instrumentais e nos vários domínios de atuação dos órgãos e serviços.	Divisão de Administração e Finanças
1	Assistente Técnico (Multimédia)	Funções de natureza executiva, de aplicação de métodos e processos, com base em diretivas bem definidas e instruções gerais, de grau médio de complexidade, nas áreas de atuação comuns e instrumentais e nos vários domínios de atuação dos órgãos e serviços na área de Multimédia. Efetuar tratamento digital de imagem e som, utilizando programas informáticos específicos. Preparar e selecionar os equipamentos e tecnologias para multimédia, em função dos objetivos pretendidos e dos produtos multimédia a desenvolver.	Divisão de Ação Social, Educação, Cultura e Desporto
1	Assistente Operacional (Leitor Cobrador de Consumos)	Funções de natureza executiva, de caráter manual ou mecânico, enquadradas em diretivas gerais bem definidas e com graus de complexidade variáveis. Execução de tarefas de apoio elementares, indispensáveis ao funcionamento dos órgãos e serviços, podendo comportar esforço físico. Responsabilidade pelos equipamentos sob sua guarda e pela sua correta utilização, procedendo, quando necessário, à manutenção e reparação dos mesmos. Lê contadores nas casas dos consumidores, efetua os registos informáticos e recebe as verbas constantes dos recibos.	Divisão de Obras, Gestão Urbanística e Ambiental

1	Assistente Operacional (Condutor de Máquinas e Veículos Especiais)	Funções de natureza executiva, de caráter manual ou mecânico, enquadradas em diretivas gerais bem definidas e com graus de complexidade variáveis. Execução de tarefas de apoio elementares, indispensáveis ao funcionamento dos órgãos e serviços, podendo comportar esforço físico. Responsabilidade pelos equipamentos sob sua guarda e pela sua correta utilização, procedendo, quando necessário, à manutenção e reparação dos mesmos. Conduz máquinas pesadas de movimentação de terras, guas, veículos de limpeza urbana ou recolha de lixo. Zela pela conservação e limpeza das viaturas. Pode conduzir outras viaturas ligeiras ou pesadas.	Divisão de Obras, Gestão Urbanística e Ambiental
6	Assistente Operacional	Funções de natureza executiva, de caráter manual ou mecânico, enquadradas em diretivas gerais bem definidas e com graus de complexidade variáveis. Execução de tarefas de apoio elementares, indispensáveis ao funcionamento dos órgãos e serviços, podendo comportar esforço físico. Responsabilidade pelos equipamentos sob sua guarda e pela sua correta utilização, procedendo, quando necessário, à manutenção e reparação dos mesmos. Colabora nos trabalhos auxiliares de montagem, desmontagem e conservação de equipamentos, execução de cargas e descargas. Serviço de vigia das instalações e dos utentes.	Divisão de Obras, Gestão Urbanística e Ambiental

2º. - A presente proposta deverá ser submetida a deliberação de Câmara Municipal.

Apreciado o assunto, deliberou a Câmara por unanimidade e nominalmente aprovar a proposta apresentada pelo Sr. Presidente.

#### **6 - Emissão de pareceres prévios para a celebração de contratos de aquisição de serviços:**

Apreciou a Câmara a informação/proposta nº. 368 do Gabinete de Planeamento e Gestão de Contratos, que a seguir se transcreve:

“Considerando o disposto no art.º 35º/10, da Lei nº 7-A/2016, de 30 de março, Lei do Orçamento de Estado para 2016, adiante designado por (LOE), que aponta para a obrigatoriedade da existência de parecer prévio vinculativo do Órgão Executivo, nas celebrações de contratos de aquisição de serviços, considerados ou não essenciais, independentemente do valor da adjudicação.

Considerando a obrigação prevista no art.º 3º da Portaria nº 149/2015, de 26 de maio, que estabelece quais os requisitos cumulativos que devem instruir o pedido de parecer, e se encontram em anexo ao mapa resumo que é apresentado.

Neste sentido, solicito a V.Ex.<sup>a</sup>, e ao abrigo do disposto no art.º 35º/5, da LOE, **parecer prévio** favorável para a celebração das aquisições de serviços, cujo objeto consta do mapa anexo à presente proposta, e que são os seguintes:

- Serviços de motoniveladora para recuperação, conservação e manutenção das vias públicas de acesso rurais, através de concurso público, pelo preço base de 37,50 €/hora, até ao limite de 40.000,00 €/ano.
- Serviços de máquina giratória para recuperação, conservação e manutenção das vias públicas de acesso rurais, através de concurso público, pelo preço base de 33,90 €/hora, e serviços com camião de apoio 20,50 €/hora, até ao montante de 35.000,00 €/ano.

Apreciado o assunto, a Câmara, no uso da competência prevista no artigo 35/5º e 10º da Lei nº.7-A/2016 (Lei do Orçamento de Estado para 2016), deliberou, por unanimidade e nominalmente, emitir pareceres favoráveis para a celebração dos referidos contratos de aquisição de serviços.

## **5. - Ratificação de emissão de licenças especiais de ruído:**

Submeteu o Sr. Presidente a ratificação da Câmara os atos de decisão que tomou relativamente às licenças especiais de ruído que concedeu, nos termos do art.º 15º. do Regulamento Geral do Ruído, aprovado pelo Decreto-Lei nº.9/2007, de 17 de Janeiro, com as devidas alterações, a Maria Domingas da Conceição Belchior, para realização de noite de fados, no seu restaurante “A Seara”, sito na Rua de Aljustrel nº.108, em Castro Verde; das 20 horas do dia 9 de Abril até às 3 horas do dia seguinte; a Marco António Mestre Rosa, para realização de música ao vivo no “First Floor Bar”, sito na Travessa da Alegria nº. 2, em Castro Verde, das 21 horas do dia 2 até às 2 horas do dia 30 de Abril, em cada dia de utilização; a Marco Gabriel Graça Constantino, para realização de música ao vivo no Café Pastelaria 7ª. Arte, sito na Rua Fialho de Almeida, em Castro Verde, das 22 horas do dia 8 de Abril até às 3 horas do dia 7 de Maio, em cada dia de utilização; e a Graça Maria Luz Rita Sousa, para realização de bailes, das 22 horas do dia 8 de Abril até 23 horas do dia 6 de Maio, em cada dia de utilização.

A Câmara deliberou, por unanimidade e nominalmente ratificar os atos de decisão em causa relativamente à concessão das licenças especiais de ruído acima referidas.

## **DIVISÃO DE OBRAS, GESTÃO URBANÍSTICA E AMBIENTAL**

### **1. - Obras e loteamentos municipais:**

- **Período de discussão pública da proposta do Plano de Pormenor da Zona de Atividades Económicas de Castro Verde:**

Concluído o período de acompanhamento, em sede de conferência de serviços bem como o período adicional de concertação, em conjunto com as entidades competentes em razão dos interesses a ponderar, encontra-se a presente proposta do “Plano de Pormenor da Zona de Atividades Económicas de Castro Verde”, em condições de ser submetido a discussão pública, nos termos do art.º 89º do RJIGT, aprovado pelo Decreto-Lei nº. 80/2015, de 14 de Maio.

Assim de acordo com o disposto no referido artigo, e segundo proposta da Sr. Presidente, a Câmara deliberou por unanimidade e nominalmente, proceder à abertura de um período de discussão pública do Plano de Pormenor da Zona de Atividades Económicas de Castro Verde, pelo período de 20 dias úteis.

## **2. - Obras particulares/outros**

### **- Alteração ao loteamento urbano a que se refere o alvará nº. 1/2004**

Na sequência da decisão tomada na reunião anterior, relativamente à atribuição de um lote de terreno à CERCICOA, submeteu o Sr. Presidente a ratificação da Câmara o ato de decisão sobre a alteração ao loteamento urbano a que se refere o alvará nº.1/2004, a qual consiste na junção dos lotes nºs 50 e 51, sitos na Rua dos Malmequeres, em Castro Verde, propriedade da Autarquia, bem como à alteração das áreas de implantação e construção respetivas.

A alteração à licença de loteamento pretendida com a diminuição do número de lotes, traduzindo-se num aumento da área de implantação, de construção e variação do nº de fogos, inferiores a 3% e, observados os parâmetros urbanísticos do plano diretor municipal, poderá ser aprovada, com dispensa de quaisquer outras modalidades, sem prejuízo das demais disposições legais e regulamentares aplicáveis, tendo em atenção o descrito no nº. 8 do artigo 27º do Decreto-Lei nº.555/99, de 16 de Dezembro, com a redação dada pelo Decreto-Lei nº. 136/2014, de 9 de Setembro.

Apreciado o assunto, deliberou a Câmara, por unanimidade e nominalmente ratificar o despacho proferido pelo Sr. Presidente relativamente à alteração ao loteamento urbano nº.1/2004, nos moldes acima referidos.

### **- Projetos de arquitetura:**

Foram presentes os seguintes projetos de arquitetura:

- de António José Gonçalves Revés, para construção de um edifício destinado a habitação, constituído por dois fogos (bifamiliar), a que se refere o processo de obras nº.1/2016.
- de João Pedro Ribeiros Marques, para construção de uma moradia unifamiliar, na Rua Sofia Mello Breyner, lote 45, em Castro Verde, a que se refere o processo de obras nº. 4/2016.

Apreciados os referidos projetos, a Câmara, em face dos pareceres proferidos sobre os mesmos pelo Gabinete de Gestão Urbanística e Ambiental, deliberou, por unanimidade e nominalmente, aprová-los.

### **- Deliberação final sobre processos de obras:**

Apreciou a Câmara os seguintes projetos para efeitos deliberação final sobre os seguintes processos de obras:

- da alteração aos projetos das especialidade, apresentada por Filipe Jorge Pereira de Oliveira e outro, relativos à reconstrução e alteração de casa de campo, destinada a turismo rural, na Herdade do Zambujal, sita na União de Freguesias de Castro Verde e Casével, a que se refere o processo de obras nº5/2014.
- das especialidades, apresentados por Neusa Maria Martins Mira Lopes Inácio e outro, para demolição e construção de moradia unifamiliar na Rua de Santa Bárbara nº.50, em Castro Verde, a que se refere o processo de obras nº. 4/2016.
- de arquitetura, apresentado por Cremilde Maria dos Reis, para alterar a fachada do seu prédio sito na Rua Morais Sarmiento nº.21-C, em Castro Verde, a que se refere o processo de obras nº. 9/2016.

A Câmara, em face dos pareceres proferidos sobre os mesmos projetos, deliberou a Câmara, por unanimidade e nominalmente, aprová-los para efeitos de deliberação final sobre os referidos processos de obras.

## **DIVISÃO DE AÇÃO SOCIAL, EDUCAÇÃO, CULTURA E DESPORTO**

### **1. - Concessão de subsídio**

- **à Confraria dos Cavaleiros de São Pedro, de Castro Verde:**

Foi presente a seguinte proposta apresentada pelo Sr. Vereador Paulo Nascimento:

“A Confraria dos Cavaleiros de São Pedro é uma das entidades parceiras da Câmara Municipal de Castro Verde na dinamização de iniciativas, assumindo a organização das Cavalhadas, integradas na edição de 2016 dos “Jogos Concelhios” e o passeio equestre no âmbito da Primavera no Campo Branco, conforme propostas apresentadas e aprovadas anteriormente.

Assim, nos termos da solicitação anexa, proponho a atribuição de um apoio de 800 € à Confraria dos Cavaleiros de S. Pedro para fazer face a despesas de logística na organização dessas iniciativas.”

Apreciado o pedido, deliberou a Câmara, por unanimidade e nominalmente conceder à Confraria dos Cavaleiros de São Pedro um apoio financeiro no montante de 800 €, conforme proposto pelo Sr. Vereador Paulo Nascimento, bem como autorizar o respetivo pagamento.

- **às Associações de Moradores do Bairro dos Bombeiros e da Cerca dos Pinheiros, em Castro Verde:**

Apreciou a Câmara a seguinte proposta apresentada pelo Sr. Vereador Paulo Nascimento:

“A Associação de Moradores do Bairro dos Bombeiros e a Associação de Moradores da Cerca dos Pinheiros, são associações dinâmicas, que desenvolvem um conjunto de ações na área social e cultural, bem como na área do lazer.

Estão agendadas no Plano de Atividades das respetivas associações, as Festas Populares, com as seguintes datas:

- Associação de Moradores do Bairro dos Bombeiros - 18 de Junho de 2016.
- Associação de Moradores da Cerca dos Pinheiros - dias 24 e 25 de Junho de 2016.

Estas iniciativas destinam-se ao público em geral e ultrapassam o espaço físico do bairro.

Assim, na sequência das solicitações anexas, proponho que a autarquia atribua um apoio financeiro de 900 € a cada associação, bem como o apoio logístico de acordo com as suas disponibilidades, mantendo o apoio habitual para iniciativas deste género, organizadas por este tipo de estruturas associativas.”

Apreciado o assunto, e submetidas a votação, separadamente, as propostas de atribuição dos subsídios em causa, deliberou a Câmara, por unanimidade e nominalmente conceder a cada Associação acima referida um apoio financeiro no montante de 900 €, autorizando o respetivo

pagamento, bem como o apoio logístico de acordo com as suas disponibilidades para a realização das respetivas festas populares, nas datas acima referidas, conforme proposto pelo Sr. Vereador Paulo Nascimento.

- **à APADIJ - Ateliers de Ocupação de Tempos Livres:**

Apreciou a Câmara a seguinte proposta apresentada pelo Sr. Vereador Paulo Nascimento:

“Em 2014, a Câmara Municipal de Castro Verde, enquadrada pelas parcerias existentes, deu início à promoção de ATL's nas pausas escolares tendo por base a cooperação com a Associação para o Acompanhamento Infantil e Juvenil e o Agrupamento de Escolas de Castro Verde.

O figurino definido, que voltou a acontecer nas pausas letivas deste ano escolar, tem permitido a promoção de ATL's em regime de horário alargado, a integração de crianças com necessidades educativas especiais e de algumas crianças referenciadas pela Comissão de Proteção de Crianças e Jovens de Castro Verde.

Assim, no sentido de apoiar algumas despesas suportadas pela APADIJ relativas ao ATL Férias da Páscoa 2016, e ao abrigo da cláusula 3ª, ponto 4, do protocolo de colaboração celebrado entre esta Autarquia e a APADIJ, proponho a atribuição de um apoio de 600 € para dar resposta a esta necessidade, conforme documento anexo.”

Apreciado o assunto, deliberou a Câmara, por unanimidade e nominalmente atribuir à APADIJ - Associação para o Acompanhamento Infantil e Juvenil, o apoio financeiro no montante de 600 €, conforme proposto pelo Sr. Vereador Paulo Nascimento, autorizando o respetivo pagamento.

## **2. Concessão e renovação de cartões sociais:**

Com base na informação nº. 309 da Divisão da Ação Social, Educação, Cultura e Desporto e respetiva documentação anexa, deliberou a Câmara, por unanimidade e nominalmente, o seguinte:

- Conceder cartões sociais a: Antónia Mestre António, residente no Monte do Beringelinho; Silvina Rosário José, residente em São Marcos da Ataboeira; e a Ana Vitória Costa da Silva Palma, residente em Castro Verde, todas no escalão A.
- Renovar os cartões sociais de: Encarnação Maria Costa, residente no Monte do Salto; de Palmira Maria Bárbara Guerreiro, residente no Monte dos Geraldos, ambas no escalão A; e de Bárbara Rufina Tomé Paulino, residente em São Marcos da Ataboeira, no escalão B.

## **PERIODO RESERVADO À INTERVENÇÃO DO PUBLICO**

Interveio o cidadão Filipe Manuel Patrício Mestre, agradecendo, em nome do Partido Socialista, o apoio logístico prestado pela Câmara Municipal na recente realização das suas “Jornadas de Castro”, no Fórum Municipal.

Congratulou-se o mesmo cidadão com a pintura do muro do Jardim Infantil do Lar Jacinto Faleiro, por parte da mesma instituição, na sequência da sua preocupação manifestada numa reunião desta Câmara Municipal.

Afirmou que registou com agrado a participação do Agrupamento de Escolas de Castro Verde e dos alunos envolvidos nas sessões das Assembleias Regionais do Parlamento dos Jovens do Ensino Básico e Secundário, recentemente realizadas em Beja.

Pediu o mesmo munícipe esclarecimentos acerca da conclusão do polidesportivo descoberto do Centro Escolar nº.2, e se está prevista a sua inauguração.

Perguntou ainda o mesmo se a Câmara tinha conhecimento de alguma intervenção prevista, neste concelho, nas obras de requalificação do IP 2.

O Sr. Presidente da Câmara informou que o polidesportivo estará concluído nos próximos dias e que não está prevista qualquer inauguração.

Quanto às obras no IP 2 informou que não tinha conhecimento da realização de qualquer intervenção neste concelho, no entanto já manifestou a sua preocupação junto das Infraestruturas de Portugal para a necessidade de uma intervenção no cruzamento de Entradas, face ao perigo que o mesmo apresenta.

### **APROVAÇÃO EM MINUTA**

Desta reunião se lavrou minuta, a qual foi aprovada por unanimidade pela Câmara para que produzam efeitos imediatos as respetivas deliberações.

### **ENCERRAMENTO DOS TRABALHOS**

Não havendo mais nada a tratar, foi encerrada a reunião pelas 23 horas, da qual se lavrou a presente ata e submetida a votação foi aprovada e assinada por todos os membros presentes, assim como pelo Coordenador Técnico da Secção Administrativa, Fernando Colaço Sebastião, nos termos do nº 2 do artigo 57º da Lei nº. 75/2013, de 18 de Setembro.